

Representação social da Língua Portuguesa, mídia e ensino

Social representation of Portuguese Language, media and teaching

Ana Miriam Carneiro RODRIGUEZ¹
Aline Macedo Silva ARAÚJO²
José Antônio de OLIVEIRA JÚNIOR³

Resumo: O presente artigo reflete sobre o ensino de Língua Portuguesa (como língua materna) que desconsidera a função comunicativa da língua e as mudanças decorrentes de seu uso para pautar-se unicamente na dicotomia “certo” e “errado” da Gramática Tradicional. Tomamos como ponto de partida para nossa reflexão o alarde feito pela mídia com a aprovação pelo MEC do livro didático *Viver e Aprender – por uma vida melhor*, de Heloisa Ramos. Nele a autora trata de variação linguística, lança luz à diferença das modalidades escrita e oral da língua, expõe a necessidade de adequação do discurso à situação comunicativa, sempre alertando o educando para o fato de a norma padrão ser a de maior prestígio em nossa sociedade. Mesmo acreditando ser também função da escola possibilitar ao aluno a apropriação da língua padrão, defendemos que o fato de os educandos serem falantes nativos da língua não pode ser desconsiderado no processo de ensino-aprendizagem, assim como não pode ser negada a existência de variedades diferentes da padrão.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa; Variedade não-padrão; Preconceito linguístico; Livro didático.

Abstract: In this article we think about teaching of Portuguese language (as mother tongue) that ignores the communicative function of language and the changes arising from its use. We reflect on the teaching based on the dichotomy "right" and "wrong" of Traditional Grammar. The beginning of our reflection is the fuss made by the media with the approval by the MEC of textbook *Viver e Aprender – por uma vida melhor*, by Heloisa Ramos. In it the author presents linguistic variation, sheds light unlike the modalities written and oral language, exposes the need to adapt speech to the communicative situation, always prompting the student to the fact that the standard is the most prestigious variety in our society. Even believing that one of the school functions is teach the student the standard variety, we also believe the fact that the students are native speakers of the language can not be disregarded in the teaching-learning process. The existence of different varieties can not be denied too.

Keywords: Teaching of Portuguese; Linguistic prejudice; Student's book.

¹ Mestranda em Letras pela Universidade Vale do Rio Verde (UninCor), Três Corações, Minas Gerais, Brasil. Bolsista Capes - anamcrodriguez@gmail.com

² Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - alinesilvaraujo@yahoo.com.br

³ Licenciado em Letras e licenciando em Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, Minas Gerais, Brasil - joseanoliveira@yahoo.com.br

Quase me apetece dizer que não há uma língua portuguesa; há línguas em português

José Saramago

Introdução

O ensino de Língua Portuguesa esteve – desde a instituição de tal idioma como língua oficial da parte lusitana da Península Ibérica, em fins do século XIV, até o advento da Linguística de cunho funcionalista (em especial, Sociolinguística, Funcionalismo e Linguística aplicada ao ensino) – fundamentalmente alicerçada nos princípios normativistas da Gramática Tradicional. Disso resulta, por razões históricas e econômicas, a existência, na atualidade, de herança influente (talvez ainda dominante nas aulas de Português) da perspectiva certo-errado em língua, a qual pensa pouco, ou nada, nos usos da linguagem.

É importante salientar, com vistas a esclarecer a referida perspectiva, que a Gramática Tradicional tem caráter essencialmente prescritivo, fundamentado em uma norma advinda da escrita produzida por escritores consagrados na literatura da língua que o compêndio busca regular. Assim, a função da Gramática Tradicional é prescrever as possibilidades de emprego de determinada língua. Em sua maioria, os manuais baseados na visão de língua postulada pela Gramática Tradicional sequer abordam a existência de diferentes situações comunicativas, bem como de diferentes modalidades de língua (culto/coloquial; oral/escrito). Ressalta-se porém, que o gramático Evanildo Bechara, nas edições atuais de sua *Moderna Gramática Portuguesa*, geralmente em notas de rodapé, atenta para algumas questões concernentes à variação linguística e a empregos de construções que diferem da norma indicada nos compêndios.

Com o desenvolvimento da Linguística Moderna, em especial das abordagens que consideram a língua em funcionamento, a noção de língua como estrutura empregada conforme moldes pré-estabelecidos foi questionada, colocando em evidência uma concepção que contempla as diferentes condições de produção envolvidas nas trocas linguageiras de interação. Mas, se por um lado linguístas começam a pensar a língua como forma de interação dependente do contexto na qual essa interação acontece, por outro ainda observam-se professores que, de acordo com sua formação, trabalham em sala de aula a língua como norma, fazendo com que a sociedade, de forma geral, ainda veja a língua como um conjunto de regras a serem seguidas.

O presente artigo tem o objetivo de discorrer algumas das questões que circundam a variação linguística no ensino de língua portuguesa. Para alcançarmos tal intento, falaremos também sobre preconceito linguístico e como a mídia influencia diretamente essas questões, tomando por base a notoriedade dada à aprovação, pelo Ministério da Educação, do livro didático voltado para a educação de jovens e adultos (EJA) *Viver e Aprender – por uma vida melhor*, da autora Heloisa Ramos.

Referencial Teórico

Segundo Bakhtin, “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual do falante” (BAKHTIN, 1986, p. 124), ou seja, a língua evolui por meio de seu uso; da interação entre falantes.

Os PCN’s – *Parâmetros Curriculares Nacionais* – de língua portuguesa abordam o ensino da língua dizendo que durante os oito anos de ensino fundamental, espera-se que os alunos adquiram competências que os permitam “resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo letrado.” (PCN, 1997. p.33). Em outras palavras, é postulado nos PCNs um ensino que considere a existência das várias situações comunicativas. E em seus objetivos gerais encontra-se, entre outros, os seguintes tópicos:

- *utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam;*
- *conhecer e respeitar as diferentes variedades linguísticas do português falado.*

Mas, estudos acerca do ensino de língua portuguesa como língua materna⁴ mostram que, apesar do avanço realizado pela Linguística no que diz respeito às concepções de língua e linguagem, as visões estruturalistas de língua e de ensino tradicional ainda são facilmente encontradas nas salas de aula. Essa visão de língua predominantemente encontrada não considera o processo de variação existente com

⁴ Visioli (2004)

base em fatores geográficos, socioeconômicos, etários, de escolarização e também os concernentes ao registro (oral/escrito).

De acordo com Ataliba T. de Castilho (2001) se o ensino de Língua Portuguesa se concentrasse mais na reflexão da língua falada a situação do ensino do português mudaria, pois, logo se descobriria a importância desta mesma língua falada para a aquisição da língua escrita. Para Myrian Barbosa da Silva (2002) a escola não apresenta outro manual que disponha e reflita a variação linguística na sociedade, mantendo-se assim presa à gramática. Contrapondo-nos à visão de Silva, percebemos que os materiais didáticos adotados nas salas de aula, apesar de muito superficialmente, abordam questões relacionadas à sociolinguística, mas parte dos professores atuantes nas escolas tem formação e/ou vivência mais estruturalista, não estando preparados para abordarem essa questão.

A escola nega a existência dos vários dialetos ao apresentar o padrão culto da Língua Portuguesa como sendo o único Português aceitável. Esquecemo-nos que os alunos são falantes nativos da língua e, por tanto, conhecem e utilizam-na (mesmo que apenas na modalidade oral) muito antes de adentrarem a escola. Esses alunos já aprenderam a falar desde pequenos, conhecem a língua em sua essência, a lógica do funcionamento da língua. O que eles não dominam são as regras impostas pela norma padrão culturalmente valorizada em nossa sociedade.

A partir dessa negação da existência da variedade linguística, Nildo Viana (2004) passa a tratar disso como “preconceito linguístico”. Em um artigo denominado *Educação, Linguagem e Preconceito Linguístico*, o autor diz que “a linguagem é um fenômeno social e está ligada ao processo de dominação, tal como, o sistema escolar, que é a fonte da ‘dominação linguística’” (VIANA, 2004). Segundo Marcos Bagno (2008),

o Preconceito Linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre a língua e a gramática normativa (...) e se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogadas nos dicionários (...). (BAGNO, 2008, p. 11).

Esse tema provoca contrariedade entre gramáticos e linguístas no que diz respeito ao ensino da língua nas escolas. Segundo os PCN's

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado na escola (...). Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar: a que parece com a escrita; e o de que a escrita é o espelho da fala (...). Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno (...) denota conhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. (PCN’s, 2000, p 31).

Como visto anteriormente, a existência da variação e do preconceito lingüístico, apesar de abordados nos PCN, não são tratadas nas escolas e nas gramáticas.

Análise dos dados

“O ensino que a gente defende é um ensino bastante plural, com diferentes gêneros textuais, com diferentes práticas de comunicação para que a desenvoltura linguística aconteça” - disse Heloisa Ramos ao repórter do Jornal Nacional em entrevista exibida em 13 de maio de 2011.

A entrevista da qual o excerto acima foi retirado foi motivada pela divulgação e distribuição do livro didático aprovado pelo MEC *Viver e Aprender – Por uma vida melhor*, no qual, em seu primeiro capítulo, a autora e também linguísta Heloísa Cerri Ramos trata das diferentes modalidades de registro da língua ao falar sobre variação linguística e preconceito lingüístico.

Durante o primeiro capítulo do livro em questão, a autora diferencia a língua escrita do aprendizado formal da língua falada. Ela fala sobre as variedades da língua portuguesa, a culta e a popular, sempre deixando claro que, apesar das duas serem eficientes para o processo de comunicação, a norma culta tem mais prestígio na sociedade.

Utilizando (nas páginas 15 e 16 de seu livro) os exemplos da variedade não padrão da língua “**Os livro** ilustrado mais interessante estão emprestado”, “**Nós pega** o peixe” e “**Os menino** pega o peixe”, a autora nos mostra que o emprego desses enunciados “errados” de acordo com a gramática tradicional não comprometem a comunicação. Estabelecendo um diálogo com o estudante, a autora afirma que essas

formas estão corretas na fala, mas ressalta que embora esse emprego não comprometa a comunicação, o usuário dessa variedade pode ser vítima de preconceito linguístico por parte de outros falantes, dado o menor prestígio dela em relação à variedade culta de língua. A autora afirma ainda que “é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à situação de fala” (RAMOS, 2011. p.16).

Pela abordagem dada ao tema, a aprovação do livro pelo MEC foi alardeada pela mídia e Ramos foi veementemente criticada por “incentivar o uso errado da língua”. a exposição midiática do assunto gerou várias discussões acerca do que é certo e do que é errado no que diz respeito à Língua Portuguesa e sobre como a sociedade ainda pensa na Língua a partir dessa dicotomia.

Defendemos a posição de que em nenhum momento a autora incentiva o uso da língua em sua forma não padrão. Ao contrário, ela afirma a necessidade dos estudantes conhecerem e dominarem a norma culta propondo exercícios de adequação à modalidade escrita, acentuação, pontuação, uso de pronomes, de concordância entre as palavras, “tradução” da variante popular para a culta, além de solicitar que os alunos reflitam sobre a importância das duas variáveis ao pedir explicações sobre quais efeitos foram causados através da passagem de um registro a outro.

O capítulo apesar de nos parecer adequado por tratar de variação e preconceito linguístico com alunos ainda na formação básica, causa alguns ruídos até pra os próprios linguístas que são a favor da valorização da variante popular. Um exemplo é quando a autora questiona “Mas eu posso falar os livro?”. A questão proposta, a nosso ver, está mal formulada. Não se deveria perguntar se **pode** dizer **os livro** já que isso já é dito, se não por todos, por uma grande parte dos alunos para os quais o livro foi proposto.

Sírio Possenti, ao site terra.com disse:

"aceitar" é um termo completamente sem sentido quando se trata de pesquisa. Imaginem o ridículo que seria perguntar a um químico se ele aceita que o oxigênio queime, a um físico se aceita a gravitação ou a fissão, a um ornitólogo se ele aceita que um tucano tenha bico tão desproporcional, a um botânico se ele aceita o cheiro da jaca, ou mesmo a um linguista se ele aceita que o inglês não tenha gênero nem subjuntivo e que o latim não tivesse artigo definido. (POSSENTI, 2011)

Outro ruído causado pelo capítulo vem do fato de a autora utilizar como sinônimas as expressões “variedade popular” e “norma popular”. A palavra norma remete a regras e preceitos estáticos, enquanto a palavra variedade significa diferença, diversidade, inconstância e variação, tendo os dois termos significados opostos. Seria melhor conservar a palavra “norma” para o padrão culto da língua, pois a língua falada está em constante mudança e é incoerente atribuir a ela o *status* de estática.

Apesar desses ruídos percebemos que, como linguísta, Heloísa Ramos compreende a adequação da fala ao contexto da situação comunicativa e procura em seu livro valorizar e respeitar a diversidade linguística, partindo dela para trabalhar com a norma culta. A autora aborda as normas de concordância de marcação do plural através da norma culta e exemplifica como as mesmas frases são ditas por usuários da variedade não padrão. Concluimos por tanto que o livro não incentiva o uso **errado** da língua, mas prepara o aluno não falante da variante padrão da língua para estudá-la a partir da variedade utilizada por ele, que, geralmente, é a popular.

Considerações finais

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá independentemente de qualquer ação normativa. Assim quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de variedades. (PCN’s, Língua Portuguesa 5ª a 8ª séries, 2000, p. 29)

A partir de uma única frase totalmente descontextualizada, exposta por um recorte de edição pouco comprometido com a instrução do público, a mídia televisiva propagou a ideia de que o livro é uma apologia ao ensino do errado e é o retrato da preguiça, falta de compromisso e qualificação do professor brasileiro, desconsiderando uma série de estudos linguísticos que, décadas atrás, já percebem a existência do preconceito entre as variedades consideradas culta e popular.

A mídia, como representante purista e arbitrária do senso comum e também como propagadora do preconceito linguístico, viu a diversidade linguística como um erro enquanto todas as outras formas de diversidade são vistas como uma expressão e valorização da cidadania. Marcos Bagno, ao falar dessa propagação da televisão, diz que

É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é tratada nas novelas de televisão, principalmente da rede Globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano lingüístico, atores não-nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em lugar nenhum no Brasil, muito menos no Nordeste. Costumo dizer que aquela deve ser a língua do Nordeste de Marte! Mas nós sabemos muito bem que essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão. (BAGNO, 2008, p. 44).

Infelizmente, o papel da mídia como formadora de opinião causa a apropriação pelo senso comum de tudo o que é transmitido (nesse caso o parecer sobre um capítulo de livro didático que, certamente, nem todos tiveram a curiosidade de procurar e ler). Os discursos dos linguístas em defesa ao capítulo não chegaram a ser divulgados em canais abertos ou de grande audiência, deixando a análise do capítulo restrita aos interessados na área de ensino e pesquisa de língua portuguesa, falseando a outra face da pesquisa feita por linguístas adeptos à variação.

Sendo o preconceito linguístico um retrato do preconceito social, através das atitudes imponderadas da mídia e do ensino - ainda predominante - da dicotomia entre certo e errado, o preconceito toma força na alienação do senso comum.

A abordagem e a importância dadas ao caso pela mídia foram, inegavelmente, de grande relevância, uma vez que foi esse estardalhaço que fez com que uma discussão sobre nossa língua que até pouco tempo era restrita à universidade ganhasse o meio público. A polêmica também nos leva a questionarmos o real papel da escola hoje em dia: se é de perpetuar o ensino dotado de regras e prescrições ou se é de transmitir aos seus alunos conhecimentos científicos e senso crítico. Embora Possenti (1996, p.17) afirme que “O objetivo da escola é ensinar o português padrão”, ressaltamos que é possível cumprir sua função considerando as variedades da língua, em um ensino reflexivo que contribua para a não perpetuação do preconceito linguístico.

O que se constata, ao comparar os PCN e as pesquisas relativamente recentes publicadas sobre ensino de português, é que nem sempre é claro para o professor de nível fundamental e médio o que deve ser priorizado em sala de aula.

Para que o ensino de língua materna não se concentre apenas nas regras rígidas da gramática normativa é preciso que o professor, a mídia, os gramáticos e a sociedade em geral compreendam que o ensino de Língua Portuguesa só será bem sucedido (só formaremos sujeitos realmente letrados) quando a escola estimular a capacidade cognitiva e linguística do aluno através da sua competência oral e escrita. É necessário que se entenda ainda que a língua é viva e sua dinamicidade é consequência das sucessivas transformações ocorridas ao longo do tempo.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. O que é como se faz. 49ª ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2008.

CASTILHO, A. T de. **A língua falada no ensino de português**. 3º ed. São Paulo: Contexto, 2001, 158p

MARCUSCHI, L. **Concepção de língua falada nos manuais de português de 1º. e 2º. Grau**: uma visão crítica. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 30: 39-79, 1997.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas/São Paulo: ALB, Mercado de Letras, 1996.

POSSENTI, Sírio. **Aceitam tudo**. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5137669-EI8425,00-Aceitam-tudo.html>
Acessado em 26/06/2011.

RAMOS, Heloisa Cerri. **Viver e aprender – por uma vida melhor**. Editora Global. PNLD EJA 2011/2012/2013. FNDE Ministério da Educação.

Reportagem: **MEC distribui livro que aceita erros de português**. Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2011/05/14/mec-distribui-livro-que-aceita-erros-de-portugues-924464625.asp>. Acessado em: 26/ 06/ 2011.

SILVA, Myrian Barbosa da. **A escola, a gramática e a norma**. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002.p. 253-265.

VIANA, Nildo . **Educação, linguagem e preconceito linguístico**. Revista Plurais, Anápolis-GO, v. 01, n. 01, p. 77-93, 2004.

VISIOLI, Ângela C. C. **Política de ensino de Língua Portuguesa e prática docente**. 2004. 134f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.